

Karine Borges Goulart

**A imunidade das entidades beneficentes de assistência
social em relação às contribuições sociais**

BRASÍLIA

2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
INSTITUTO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO
DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL - ICAT/AEUDF
MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

A IMUNIDADE DAS ENTIDADES
BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito Público, sob a orientação do Professor Doutor Raymundo Juliano Rêgo Feitosa.

BRASÍLIA

2002

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Raymundo Juliano Rêgo Feitosa, pelos conhecimentos transmitidos e pela atenção dispensada na elaboração deste trabalho. A Cláudio Renato do Canto Farag, pelo apoio recebido, indispensável à realização deste curso.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar a imunidade tributária concedida às entidades beneficentes de assistência social, em relação às contribuições sociais, em conformidade com o disposto no art. 195, § 7º da Constituição Federal Brasileira de 1988. Impõe-se, para tanto, a identificação dos motivos que levaram o constituinte a estabelecer este benefício fiscal, como forma de se verificar os limites do legislador ordinário para regulamentar o texto constitucional, tendo em vista que este deverá atuar dentro da razoabilidade. Considerando ter havido a concessão de um benefício fiscal sujeito a condições legais, analisa-se a legislação infraconstitucional que regulamenta o disposto no art. 195, § 7º da Constituição Federal de 1988, propondo-se algumas alterações na legislação vigente, com objetivo de atender aos desígnios do constituinte, evitando, ainda, violação ao princípio da igualdade, que deve nortear as atividades tributárias.

ABSTRACT

Fiscal benefits given to the social assistance organizations

This thesis intends to show the fiscal benefits given by the Brazilian Constitution to the non-profit organizations, who deals with social assistance. The benefit is related to a kind of tax established to collect pecuniary resources to support the social security. One must identify, therefore, why the constituent assembly decided to give this benefit to this organizations, in a way that will make possible to realize the legislator's limits to establish the conditions to recognize the exempting organizations, reminding that the law may observe a razonableness's rule. As the Brazilian Constitution gives a fiscal benefit to the organizations that observe some legal conditions, it is offered a project to make some changes in the actual law, intending to reach the constituent assembly's purpose, avoiding to violate equality that must conduct the tributary laws and activities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADIMC - Ação Direta de Inconstitucionalidade - Medida Cautelar

AGRAG - Agravo Regimental em Agravo de Instrumento ou de Petição

art. - artigo

BA - Bahia

CF - Constituição Federal

CJ/MPAS - Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência e Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CTN - Código Tributário Nacional

DF - Distrito Federal

DJ - Diário de Justiça

DO - Diário Oficial

ed. - edição

GB - Guanabara

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ICMS - Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LC - Lei Complementar

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MI - Mandado de Injunção

MP - Medida Provisória

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

p. - página

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social

RE - Recurso Extraordinário

RJ - Rio de Janeiro

RS - Rio Grande do Sul

RTJ - Revista Trimestral de Jurisprudência

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC - Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SP - São Paulo

STF - Supremo Tribunal Federal

UBIT - *Unrelated Business Income Tax*

ÍNDICE

Introdução

1. Justificativa do tema - Funções estatais e relevância do papel das entidades de assistência social	01
2. Metodologia empregada no trabalho	07
3. Estrutura da obra - Aspectos a serem abordados quanto à colaboração das entidades beneficentes e requisitos para a obtenção da imunidade	09

Primeira Parte

Capítulo Primeiro - Limitações ao poder de tributar

1.1. Justificativa para a tributação.....	11
1.2. Distribuição da competência para tributar.....	18
1.3. Princípios constitucionais limitadores do poder de tributar previstos na CF/88.....	22
1.4. Imunidade tributária e seus reflexos no poder de tributar	27

Capítulo Segundo - A imunidade tributária

2.1. Imunidade tributária como regra integrante de norma de estrutura	32
2.2. Imunidade, não incidência, isenção e alíquota zero.....	38
2.3. Finalidades da imunidade	47
2.4. Abrangência da imunidade: tributos a que se aplica.....	49
2.5. Classificação da imunidade: objetiva, subjetiva, simples, condicionada	54
2.6. Histórico da imunidade em relação às contribuições sociais concedida às entidades de assistência social.....	56

2.6.1. Imunidade em relação a impostos.....	56
2.6.2. Imunidade em relação a contribuições sociais.....	59
2.6.3. Tratamento conferido pela CF/88 à imunidade quanto às contribuições sociais	63

Capítulo Terceiro - Fundamentos da imunidade tributária das entidades de assistência social

3.1. Justiça e tributação	65
3.2. Visão positivista da imunidade	68
3.3. Valores decorrentes dos direitos fundamentais e ordem jurídica justa	73
3.4. Imunidade como decorrência de direitos fundamentais.....	86
3.5. Imunidade e igualdade	90
3.6. A relevância das atividades das entidades de assistência social	98

Segunda Parte

Capítulo Quarto - As entidades beneficentes de assistência social no contexto do terceiro setor

4.1. Direitos sociais e Estado provedor	102
4.2. Princípios e normas programáticas na CF/88 e a reserva do possível	105
4.3. O papel do terceiro setor	110
4.4. Incentivos ao terceiro setor	116

Capítulo Quinto - Atividades exercidas pelas entidades beneficentes de assistência social

5.1. Imunidade subjetiva	119
5.2. Assistência social	121

5.2.1. Corrente restritiva	124
5.2.2. Corrente intermediária	129
5.2.3. Corrente extensiva	130
5.3. Entidades de previdência privada	136
5.4. Adequação da corrente intermediária para a definição da abrangência da imunidade	144

Terceira Parte

Capítulo Sexto - Natureza da lei que estabelece requisitos para a imunidade

6.1. Dispositivo constitucional de eficácia limitada	148
6.2. Distinção entre lei complementar e lei ordinária	153
6.3. Natureza da lei que estabelece requisitos para a imunidade das entidades assistenciais em relação aos impostos	157
6.4. Natureza da lei que estabelece requisitos para a imunidade em relação às contribuições sociais.....	161

Capítulo Sétimo - Forma de atuação das entidades de assistência social

7.1. Clientela a ser atendida pelas entidades assistenciais.....	171
7.2. A gratuidade e as inovações estabelecidas pela Lei nº 9.732/98	176
7.3. Exercício de atividade econômica pelas entidades beneficentes	184

Capítulo Oitavo - Requisitos estabelecidos pela legislação infraconstitucional para a aquisição do direito à imunidade

8.1. Imunidade condicionada	196
8.2. Os limites do legislador para a regulamentação do dispositivo constitucional	199
8.3. Requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.212/91 para a obtenção da	

imunidade tributária	202
8.3.1. Título de utilidade pública	205
8.3.2. Certificado e registro junto ao Conselho Nacional de Assistência Social	214
8.3.3. Não distribuição de vantagens a diretores	220
8.3.4. Aplicação do resultado	224
8.4. Experiências estrangeiras quanto ao tratamento fiscal diferenciado concedido às entidades que exercem atividades de interesse público	225
Conclusão	230
Sugestões	239
Bibliografia:	
1. Livros	244
2. Artigos	248
3. Jurisprudência	252